

# Os BRICS e a economia mundial

Luís Antonio Paulino

**Como citar:** PAULINO, Luís Antonio. Os BRICS e a economia mundial. *In:* POSSAS, Lúcia M. V.; SALA, José Blanes (org.). **Novos atores e relações internacionais**. Marília: Oficina Universitária, 2010. p. 29-40. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-065-5.p29-40>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## OS BRICs E A ECONOMIA MUNDIAL

*Luís Antonio Paulino<sup>1</sup>*

A sigla BRIC foi criada pelo economista Jim O’Neill, do Banco de investimentos Goldman Sachs, para designar os quatro principais países emergentes do mundo, a saber: Brasil, Rússia, Índia e China. Esses quatro países, em conjunto, abrigam quase a metade da população mundial, detêm 20% da superfície terrestre e respondem por cerca de 15% do PIB mundial. Em 2008, os chanceleres dos quatro países, reunidos na cidade de Ekaterinburg, a 1.600 km de Moscou, oficializaram a associação dos quatro países como um bloco, para atuar de forma coordenada nos fóruns internacionais.

Antes, contudo, de se dar como assente que o referido termo expresse, realmente, um fato novo no cenário econômico e geopolítico internacional, caberia, preliminarmente, uma breve reflexão a respeito do próprio conceito de BRIC e particularmente sobre a pertinência e o sentido do nome do Brasil estar associado

---

<sup>1</sup> Luís Antonio Paulino é professor da Universidade Estadual Paulista - Unesp, na Faculdade de Filosofia e Ciências – Marília, no curso de Relações Internacionais, onde leciona disciplinas nas áreas de economia e comércio internacional. É “short term consultant” do Banco Mundial e membro do Conselho Superior de Comércio Exterior – COSCEX, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – Marília - lapaulino@marilia.unesp.br

a esse grupo de países, com os quais não partilha muito mais que o fato de ser, como eles, uma grande país em desenvolvimento.

As perguntas que deveríamos inicialmente responder seriam as seguintes:

1. Não seria o termo BRIC, o que filósofo Thomas Hobbes designou de “discurso insignificante”?
2. Haveria uma agenda política comum a esses países que nos permitisse considera-los, além de categoria de análise, um grupo de interesses?

Em conferência pronunciada na Universidade de Harvard, em 2005, o historiador Eric Hobsbawn (2007, p. 5), afirmou o seguinte:

Diz-se que história são discursos. Não há como entender essa expressão a menos que entendamos a linguagem em que as pessoas pensam, conversam e tomam decisões. Entre os historiadores, que se sentem tentados pelo que se denomina “a virada lingüística”, há mesmo alguns que argumentam que são as idéias e os conceitos expressos nas palavras características do período que explicam o que aconteceu e por que aconteceu. Os tempos em que vivemos [...] são o bastante para deixar-nos céticos quanto a essas proposições. Ambas estão saturadas com que o filósofo Thomas Hobbes chamou de “discurso insignificante”, discurso sem sentido, e suas subvariedades, o “eufemismo” e a “nova língua” de George Orwell, ou seja, o discurso que tem o propósito de falsear e desorientar. Mas, a menos que os fatos mudem, mudar as palavras também pouco os muda.

Teria o conceito BRIC, tomando as palavras de Hobsbawn, o propósito de falsear e desorientar ou seria um conceito que nos ajuda a explicar “o que acontece e por que acontece” hoje no mundo?

A tal respeito, tendemos a concordar com as palavras de Santiso (2008, p. A15) para quem,

O que estamos vivendo é uma mudanças de época e de paradigma que se assemelha a uma grande transformação, para parafrasear o economista búlgaro Karl Polanyi. Os equilíbrios e as riquezas dos países estão se redesenhando a grande velocidade com a

emergência de novos países, através da China, Índia, Brasil, México, África do Sul e Rússia, para mencionar as economias de ponta, que emergem a partir daquelas que até anteontem eram denominadas países em desenvolvimento.

Para alguns, a associação do Brasil a esse grupo de países dinâmicos da Ásia pode parecer, por diversos motivos, no mínimo imprópria. Afinal, enquanto o Brasil segue a passo arrastado, no ritmo ditado pelo Consenso de Washington, as economias emergentes da Ásia crescem duas vezes mais rápido, guiados por seu próprio consenso.

Dizer que o rápido crescimento daquelas economias se deve ao fato de terem abandonado as políticas voltadas para o desenvolvimento interno e terem abraçado as propostas neoliberais baseadas na abertura de mercados seria de fato um *discurso insignificante*.

Além disso, os laços econômicos e geopolíticos dessas economias com Brasil são limitados. Da corrente de comércio da China que, em 2008, deve ultrapassar dois trilhões de dólares, as trocas com Brasil respondem por cerca de 20 bilhões de dólares, o que equivale a apenas um por cento do total. No plano geopolítico, as preocupações dos países asiáticos e, em menor grau, da Rússia convergem para o chamado *Pacific Rim*<sup>2</sup>. Como lembra o ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger (2005, p. A19):

*The center of gravity of world affairs is shifting from the Atlantic, where it was lodged for the past three centuries, to the Pacific. The most rapidly developing countries are in Asia, with a growing means to vindicate their perception of the national interest.*

Vistas as coisas desse ângulo faz sentido perguntar: seria de fato o acrônimo BRIC a expressão de um agrupamento de países que partilham características ou mesmo interesses comuns

---

<sup>2</sup> O termo *Pacific Rim* refere-se aos países e cidades localizados nos limites do Oceano Pacífico. Os centros econômicos mais importantes em torno do *Pacific Rim* são Hong Kong, Cingapura, Seul, Tóquio, Taipei, Cidade de Ho Chi Minh, Sidney, Melbourne, Brisbane, Auckland, Santiago, San Francisco, Seattle, San Diego, Portland e Vancouver.

ou apenas mais uma invenção *Wall Street* com o propósito de compeli-los à prática do *confidence building*, ou seja, deixar de pensar por conta própria e seguir as políticas recomendadas pelo chamado “Consenso de Washington”?

A considerar o que afirmam os já mencionados estudos do Goldman Sachs, não teríamos dúvida em afirmar que a segunda alternativa é a mais provável. Afinal, as hipóteses que deveriam ser respeitadas (estabilidade macroeconômica, instituições estáveis, abertura comercial, melhoria da educação) para que esses países cumpram o destino previsto têm o selo neoliberal do Consenso de Washington.

Poderíamos, entretanto, colocar a questão de outro modo: que motivos teria *Wall Street* para estimular nesses quatro países à prática alienante do *confidence building* se não enxergasse neles um potencial efetivo de deslocamento da hegemonia mundial? Não seria parte de uma visão mais realista de como enfrentar o desafio da emergência desses novos pólos dinâmicos da economia mundial, particularmente a China, diante da falência do projeto do “Século XXI Americano” evidenciado pelo fracasso americano no Iraque e, mais recentemente, pela crise que devastou a economia dos Estados Unidos?

A esse respeito Henry Kissinger, em artigo publicado em 2005 (p. A19), afirma:

*The strategic equation in Asia is altogether different. U.S. policy in Asia must not mesmerize itself with the Chinese military buildup. There is no doubt that China is increasing its military forces, which were neglected during the first phase of its economic reform. But even at its highest estimate, the Chinese military budget is less than 20 percent of America's; it is barely, if at all, ahead of that of Japan and, of course, much less than the combined military budgets of Japan, India and Russia, all bordering China — not to speak of Taiwan's military modernization supported by American decisions made in 2001. Russia and India possess nuclear weapons. In a crisis threatening its survival, Japan could quickly acquire them and might do so formally if the North Korean nuclear problem is not solved. When China affirms its cooperative intentions and denies a military challenge, it expresses less a preference than the strategic realities. The challenge China poses for the medium-term future will, in all likelihood, be political and economic, not military.*

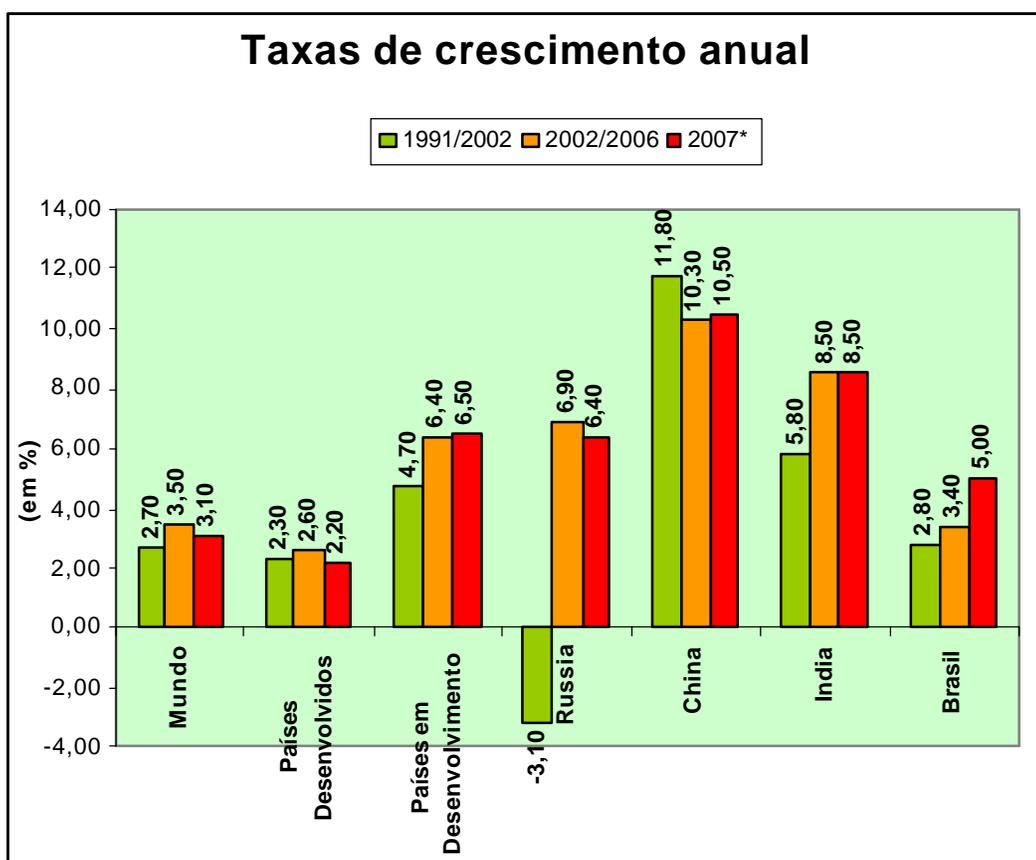
Se os fatos acima descritos não nos autorizam a considerar o Brasil e os demais BRICs como aves de um mesmo bando, não é possível negar que, por circunstâncias históricas distintas, somos, eventualmente, companheiros de viagem, que tentam chegar ao mesmo destino. Temos um propósito comum: o desenvolvimento; partilhamos de condições semelhantes: grande extensão territorial, grande população, abundância de recursos naturais, nível de renda per capita e desenvolvimento semelhante; há complementaridades econômicas que podem ser exploradas em benefício mútuo; o peso relativo de cada país em suas respectivas regiões é grande; não existem conflitos de interesse importantes que nos coloquem em campos opostos em questões decisivas para todos, como tem demonstrado a sintonia desses países em organismos internacionais como a ONU e a OMC.

Há, portanto, inúmeras razões para desenvolver estratégias de cooperação mútua em torno de questões de interesse comum, sejam nos fóruns globais como a ONU, OMC, FMI, sejam nas relações bilaterais.

Colocada a questão nessa perspectiva, nos parece que o estudo comparado desse agrupamento de países é algo oportuno, não apenas pelas razões já mencionadas, mas também pelos seguintes fatos:

1. São quatro grandes países em desenvolvimento que enfrentam desafios mais ou menos semelhantes no que diz respeito ao desenvolvimento e à elevação da qualidade de vida da população e vêm adotando estratégias de desenvolvimento distintas frente aos desafios da globalização. Particularmente no que diz respeito à Índia e China, de um lado, e Brasil, de outro, é possível distinguir estratégias de desenvolvimento bastante diferentes. Enquanto os países asiáticos mantêm o foco de suas políticas no crescimento econômico, por meio de um controle rígido dos fluxos de capitais e das taxas de câmbio e de políticas industriais ativas voltadas para a inovação tecnológica, a política macroeconômica do Brasil, cujo único foco é a estabilidade da moeda, se caracteriza pela prática de

elevadas taxas de juros, sobrevalorização cambial e nenhum controle sobre o fluxo de capitais. O estudo comparado dessas diferentes estratégias de desenvolvimento nos parece de suma importância para que o Brasil possa romper o estágio de semi-estagnação pelo qual tem passado dos últimos 25 anos.



Fonte: BIRD, FMI, UNTACT, apud Delfim Neto, A. (2007)

2. Pela primeira vez na história, o Brasil exportou mais para os países em desenvolvimento do que para os países desenvolvidos. Em 2006, o valor das exportações brasileiras para os países em desenvolvimento somou US\$ 67,8 bilhões, enquanto as exportações para os países desenvolvidos foram de US\$ 67,2 bilhões. Entre as razões apontadas para essa mudança, há o fato de os países em desenvolvimento estarem crescendo e comprando mais alimentos e produtos básicos, itens importantes de nossa pauta de exportação; o protecionismo dos países ricos para esses mesmos produtos;

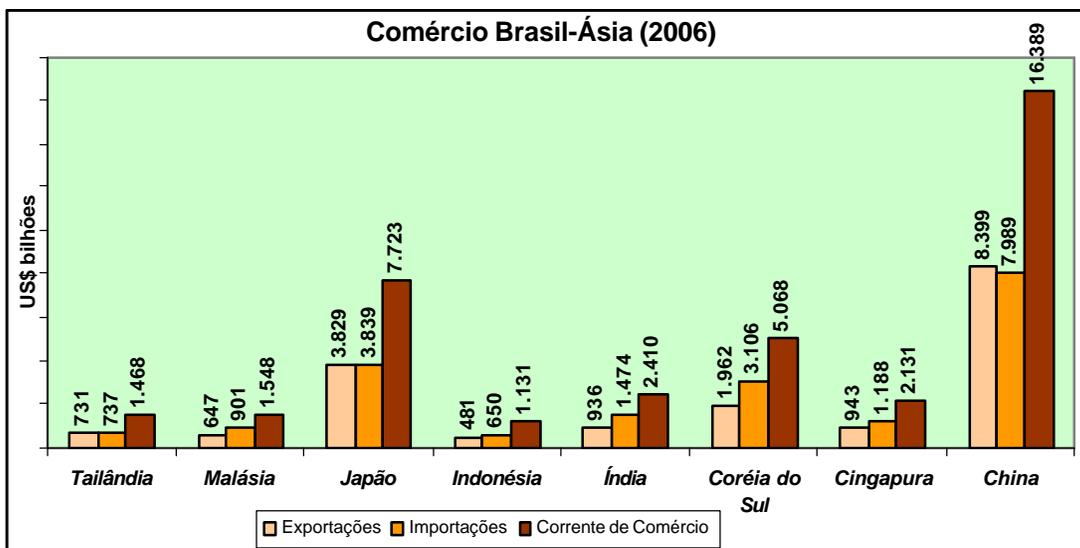
a pauta bastante diversificada dos produtos brasileiros e a perda de competitividade e de mercados para os produtos manufaturados nos países ricos devido à valorização do câmbio. Há que se considerar, ainda, o próprio esforço da atual política externa brasileira de intensificar as chamadas relações Sul-Sul, que na prática representa um esforço maior de aproximação econômica e política entre os países em desenvolvimento. Segundo o ex-Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, esses números mostram que “as empresas descobriram que existem outros mercados a explorar além dos tradicionais” e que se trata de uma tendência irreversível (BARROS, 2007, p. B1).



Fonte: MDIC

- Desde 2000, o comércio Brasil-Ásia apresentou um crescimento de 193%, com destaque para a China e para Índia, cujo crescimento foi, respectivamente, de 610% e 394% no período considerado. Esses dados revelam o potencial de crescimento de comércio entre o Brasil e os países da Ásia. O conjunto de 21 países que constituem a Área de Cooperação Ásia-Pacífico (Apec), entre os quais se incluem Rússia e China, representa cerca de 46% do PIB mundial. Em agosto de 2007

realizou-se, em Brasília, o 3º Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (Focolal), onde se evidenciou o mútuo interesse dos países latinos e asiáticos de intensificarem as trocas comerciais e a interconexão das respectivas cadeias produtivas e investimentos recíprocos (MARIN, 2007a, p. B1).



Fonte: MDIC

- Com relação à China, o comércio bilateral entre os dois países já se encontra, em 2007, na casa dos US\$ 20 bilhões. A China já é o segundo parceiro comercial do Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos, superando a Argentina que sempre ocupou essa posição. Se considerarmos, entretanto, que as exportações e importações chinesas devem chegar, em 2007, à casa dos US\$ 2 trilhões, a participação brasileira no comércio global chinês mal chega a 1%, com o agravante de que mais de 90% de nossas importações da China são de produtos industriais, enquanto 65% de nossas exportações para aquele país são de soja e minério de ferro. Existe, portanto, um enorme potencial de crescimento do comércio bilateral entre os dois países. A missão brasileira chefiada pelo secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Ivan Ramalho, acompanhado de 34 empresários brasileiros que visitou a China em setembro de 2007 para discutir acordos de harmonização estatística para

melhorar o controle dos fluxos de comércio entre os dois países revela a importância crescente do comércio bilateral entre Brasil e China. A economia chinesa, medida pela paridade do poder de compra, já representa 50% do PIB dos Estados Unidos. Entre 2002 e 2006, respondeu por 1/3 do crescimento do planeta (ROMERO, 2008, p. A2). A crescente necessidade da China de recursos, para alimentar uma economia que cresce continuamente a taxas de cerca de 10% ao ano nos últimos 20 anos, tem fomentado suas relações comerciais com países ricos em matérias-primas, mantendo aquecido o mercado mundial de commodities. A China é, atualmente, o segundo maior consumidor de petróleo do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, e compra quantidades crescentes de minério de ferro, cobre, níquel e alumínio (TREVISAN, 2006, p. 5). O consumo chinês de alumínio, cobre, níquel e minério de ferro, como fração do consumo mundial dessas mercadorias, saltou de 7% em 1990 para 20% em 2005. Em 2004, a China respondeu por 31% do aumento da demanda de petróleo (ZWEIG; JIANHAI, 2004, p. 25). Entre 2002 e 2006, a respondeu por 29% do crescimento global (LAMUCCI, 2007, p. A4).

5. As relações Brasil-Índia adquirem cada vez mais importância. Após uma redução das exportações do Brasil para aquele país de US\$ 621 milhões, em 1994, para US\$ 285 milhões, em 2001, houve uma retomada das relações bilaterais de comércio. As trocas bilaterais, entre 2004 e 2006, dobraram, alcançando US\$ 2,4 bilhões. Entre 2000 e 2006, as exportações brasileiras do Brasil para a Índia apresentaram um aumento de 331%, alcançando US\$ 936 milhões e as importações subiram 444% e atingiram o valor de US\$ 1,474 bilhão. Da mesma forma que em relação à China, as exportações brasileiras concentram-se em produtos básicos e relativamente poucos itens. Petróleo, sulfetos de minério de cobre e óleo de soja responderam por 48% dos embarques brasileiros para a Índia. Em discurso no encerramento do Seminário Empresarial Índia-Brasil, paralelo à visita oficial do presidente Lula à Índia em

junho de 2007 o governo brasileiro anunciou o objetivo de quadruplicar as trocas comerciais entre os dois países em quatro anos e alcançar US\$ 10 bilhões em 2010. (MARIN, 2007b, p. B13). Vigora atualmente um acordo de preferências tarifárias entre a Índia e o Mercosul que envolve 20% das linhas tarifárias entres esses parceiros – cerca de 900 produtos – mas existe a possibilidade de se ampliar essa preferência para 50%. A ampliação das preferências depende, contudo, da ratificação do acordo inicial pelo Congresso do Brasil, o qual já foi aprovado pela Argentina, Paraguai e Uruguai, mas segue pendente no Parlamento brasileiro, apesar do apoio do governo. O acordo assinado em 2004 reduz a zero as tarifas para 3% dos produtos, reduz em 20% as tarifas para 10% dos produtos e em 10% para 87% das mercadorias. Segundo estudos de inteligência comercial realizados pelo Itamaraty, há fortes oportunidades para o comércio de produtos como óleo de soja, minério de ferro, couro, celulose e papel, produtos da indústria automotiva e de equipamentos para produção de álcool. Recentemente, 32 empresas indianas investiram no Brasil, principalmente em informática e serviços. Atraídas pela disponibilidade de mão-de-obra de baixo custo, pela produtividade do desenvolvedor de software brasileiro, por um fuso horário mais adequado ao atendimento de clientes nos Estados Unidos e na Europa, além da semelhança entre os processos bancários, diversas empresas indianas apostam no Brasil como plataforma de exportação de serviços de TI. A TCS (Tata Consultancy Services), braço na área de serviços do grupo Tata, do empresário Ratan Tata, cujas 96 empresas produzem de chá a automóveis, e que têm um valor de mercado de US\$ 57 bilhões, instalou-se no Brasil em 2005 e deve terminar 2007 com cerca de 2000 funcionários (TREVISAN, 2007, p. B1). No sentido oposto, empresas brasileiras investiram naquele país em mineração e engenharia, dada o grande potencial existente naquele país na área de infra-estrutura, na qual se estima, serão necessários investimentos de US\$ 320 bilhões (MOREIRA, 2007, p. A5) e há planos de investimento de US\$ 120 bilhões entre 2007 e

2012 (LEO, 2007, p. A6). No plano geopolítico, observa-se uma crescente aliança entre os dois países nos diversos fóruns multilaterais com mandato global, como a OMC e a ONU, em torno de temas que vão desde a Rodada Doha até o Conselho de Segurança da ONU, passando pelo acordo comum dos dois países com a África do Sul, conhecido como IBAS.

6. No caso da Rússia, a aproximação política e econômica do Brasil também tem apresentado importantes avanços. A pauta de intercâmbio comercial é bastante variada. As crises financeiras que atingiram os dois países (1998/1999) afetaram a balança comercial, mas observou-se recuperação a partir de 2001. Entre 2002 e 2005, as exportações brasileiras para a Rússia aumentaram de US\$ 1,252 bilhão para US\$ 2,917 bilhões. A aproximação político-diplomática, que incluiu visita do Presidente Fernando Henrique a Moscou em 2002, do Presidente Putin ao Brasil, em 2005, resultou em importantes acordos de cooperação científico-tecnológica. A Rússia vem procurando diversificar sua economia, e vem dando grande atenção à cooperação com o Brasil nos segmentos de altas tecnologias, em especial nos setores da geração de energia, aeroespacial e defesa. Entre 1999 e 2007 a economia russa cresceu 69% e suas exportações de gás e petróleo saltaram de US\$ 76 bilhões para US\$ 350 bilhões (WOLF, 2008, p. A11). A agenda de reformas que o governo russo vem promovendo para dinamizar sua economia tem inúmeros elementos em comum a atual agenda brasileira. O governo russo está realizando um conjunto de reformas macro e microeconômicas, entre as quais se destacam a redução da carga tributária sobre as atividades produtivas, medidas de apoio à exportação, melhora da gestão corporativa visando dar maior transparência financeira às empresas russas, o desenvolvimento de um sistema de créditos hipotecários e ativação dos bancos russos de fomento.

## CONCLUSÃO

A agenda de pesquisa sobre os BRICs nos parece bastante promissora. A diversidade dos estudos aqui apresentados, sua riqueza teórica e as pistas que abrem para pesquisas futuras são a demonstração factual dessa afirmativa.

Sem querer fechar prematuramente uma agenda que mal se abre, duas linhas de investigação estão claramente delineadas:

1. As mudanças necessárias na ordem internacional tendo em vista a necessidade de adaptar a superestrutura institucional a uma nova realidade econômica e política mundial não mais condizente aquela herdada da Segunda Guerra Mundial, consubstanciada nas chamadas instituições de Bretton Woods. A época dos impérios e do mundo eurocêntrico acabou, mas o arcabouço institucional que o sustenta, mesmo carcomido, continua em pé. A violência com que o império americano age e reage no mundo, cujo exemplo mais conspícuo é a Guerra do Iraque, é mais sinal de fraqueza do que força; é a expressão do que Giovanni Arrighi de forma esclarecedora denomina “dominação sem hegemonia.” (ARRIGHI, 2007 p. 175).
2. A importância dos estudos de políticas comparadas dos países em desenvolvimento. A tentativa de entender o sucesso ou fracasso das políticas econômicas dos países em desenvolvimento a partir da agenda da boa governança preconizada pelo Consenso de Washington está claramente superada. O paradigma teórico a ele subjacente é um velho barril que não suporta mais a pressão do vinho novo, representando pelo sucesso de economias emergentes como a China e a Índia.